

SANGUE, CIDADE E MEMÓRIA: O USO DA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA DE CÂMARA CASCU DO NA LEGITIMAÇÃO DO PREFEITO SYLVIO PEDROZA (1946-1950)

ARTHUR LUIS DE OLIVEIRA TORQUATO*

Citada a flor, lembro a roseira. Quem é de raça, sempre caça! Capitaliza na memória as gerações de trabalhadores, negociantes, fazendeiros, lavradores, industriais, mentores políticos, plantadores de Cidades, homens sem repouso, os Gomes Pedroza, Os Albuquerque Maranhão, os Piza paulistas inesgotáveis.¹

Ao assumir a Prefeitura de Natal em 1946, Sylvio Pedroza iniciou de imediato sua aproximação junto ao amigo de longa data de sua família, o erudito potiguar Luis da Câmara Cascudo. Com o tempo, a relação de amizade que se firmou foi mostrou-se fundamental e interessante para ambos, pois, se por um lado o novo prefeito ganhou um aliado de força na defesa de seus interesses frente à opinião pública, por outro Câmara Cascudo angariou mais espaço dentro do cenário político natalense e, por consequência, construiu com o novo governo uma afirmação de sua figura como principal referência letrada do círculo cultural norte-rio-grandense.²

Assim sendo, com base no panorama apresentado, o objetivo desse capítulo será justamente entender qual o sentido da relação que envolveu Sylvio Pedroza, Câmara Cascudo e o espaço da cidade de Natal durante o período da administração Piza Pedroza frente à Prefeitura de Natal na década de 1940?

No intuito de responder a esse objetivo resolvemos analisar o discurso construído por Câmara Cascudo em seu livro *História da Cidade do Natal*, aqui

* Professor Substituto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e aluno, na mesma instituição, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFRN)

¹ CASCUDO. Introdução. apud. PEDROZA, Sylvio Piza. *Pensamento e Ação*. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

² Durante o trabalho, Câmara Cascudo será tratado designado como *erudito*. Essa escolha conceitual deve-se ao fato de que; por transitar livremente entre temas, pesquisar objetos diversos e ter uma forma própria de escrever, obedecendo a regras próprias e não institucionalizadas, Cascudo não pode ser classificado enquanto *intelectual*. Entende-se aqui que *eruditos* e *intelectuais* são letrados com características distintas, sendo a figura de Cascudo mais próxima da primeira categoria. Para uma compreensão mais aprofundada da relação entre esses conceitos ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005.

entendido como um espaço escrito em que as paisagens da cidade são construídas seguindo os interesses do poder público na figura da Prefeitura de Natal e do próprio escritor potiguar. De antemão se faz necessário afirmar que trabalhamos com a hipótese, na qual percebemos o livro de Câmara Cascudo com o objetivo, dentre outras coisas, de construir a legitimação do novo prefeito enquanto administrador público e reafirma o nome de Câmara Cascudo como a referência central da classe letrada potiguar.

Ao ser empossado pelo interventor federal Ubaldo Bezerra, Sylvio Piza Pedroza percebeu a necessidade de costurar alianças que lhe dessem sustentação política e principalmente respaldo por parte da opinião pública e dos meios de comunicação. Já em 1946, Câmara Cascudo era considerado um ícone da cultura letrada potiguar. Havia publicado mais de uma dezena de livros e centenas de artigos nos principais jornais do Rio Grande do Norte, como *A República*, *A Ordem* e o *Diário de Natal*. Ainda nos anos de 1930, Câmara Cascudo era respeitado por importantes nomes da cultura nacional, tais como Gilberto Freyre, Gustavo Barroso e Mário de Andrade, o que desde cedo fez com que o erudito potiguar se tornasse a referência maior da cultura letrada norte-rio-grandense e seja, ainda hoje idolatrado por uma significativa quantidade de letrados e admiradores impressionados com sua vasta e volumosa obra, o que por vez não é negado nem mesmo por seus críticos.

Se por um lado Câmara Cascudo já possuía um nome forte junto à sociedade potiguar, o mesmo não podia se dizer do novo prefeito. Recém chegado do Rio de Janeiro, o filho de Fernando Gomes Pedroza o mais abastado comerciante do Estado, Sylvio Pedroza desembarcava em Natal como a indicação de João Câmara, então presidente do PSD, para ocupar o executivo da capital potiguar. Segundo a visão de Sylvio Pedroza, sua nomeação havia sido “um verdadeiro desafio para o jovem de 26 anos assumir os destinos de sua cidade natal, então com 72 mil habitantes, receita de 13 milhões de cruzeiros e enorme montanha de problemas a resolver” (PEDROZA, 1984: 65).

É difícil designar ou enumerar quais os componentes dessa “enorme montanha de problemas”, no entanto, sabe-se que para Sylvio Pedroza a questão urbana apresentava-se como um problema que merecia mais atenção por parte da Prefeitura do que qualquer outra área da administração pública, visto a enorme quantidade de obras de intervenção urbana que a Prefeitura de Natal promoveu na cidade entre 1946 e 1950.

Cerca de dois meses após assumir seu cargo, Sylvio Pedroza iniciou sua reaproximação com Câmara Cascudo, seu professor de história nos tempos do Atheneu Norte-Riograndense. Esse reencontro veio atrelado à comunicação ao erudito de um ‘plano secreto’ que o ex-aluno e agora prefeito pretendia pôr em prática logo nos primeiros meses de sua administração. Na introdução do livro de memórias de Sylvio Pedroza, *Pensamento e Ação*, Câmara Cascudo relata o momento de aproximação e fala do ‘plano secreto’:

Em abril de 1946, dois meses Prefeito de Natal, expunha-me o plano “secreto” de uma Avenida Circular margeando o Atlântico, de poente a nascente, da Limpa das Rocas à Areia Preta. Sentado num rasteiro escabelo de cortiça, riscava papéis loquaz e ébrio do plano audaz. Começou a loucura em junho. Quase unânime a reprovação dos Técnicos contra a pretensão do Bacharel leigo. O movimento de terra exigia tempo sem fim. Onde os recursos da efetivação real? O “Teimoso” foi a Parnamirim, onde permaneciam adormecidos os grandes monstros yanques de aço, fabricantes de rodovias, tratores, escavadoras, possantes caminhões de carga. Ninguém previa o golpe! Os dinossauros e ciptodontes [sic] sonoros realizaram em um dia, serviço de uma semana, e n’uma semana programa de mês. Na véspera do Natal, de 1946, inaugurava-se a Avenida Circular. Fiz falação e o Prefeito, em gesto profético, anunciou que a Cidade desceria das colinas para a pancada-do-mar. É o imenso, tentacular, atualíssimo bairro dos Santos Reis atração turística, sedução elegante, banho de mar numa paisagem surpreendente de Copacabana potiguar. (CASCUDO, In: PEDROZA, 1984).

Em verdade, a aproximação não foi apenas para confessar ao amigo o plano mirabolante de que melhor trataremos mais a frente. Sylvio Pedroza necessitava em verdade afirmar-se enquanto político, homem público, gestor eficiente para não sofrer uma possível desaprovação popular à sua gestão. Muito provavelmente essa preocupação estava relacionada à sua condição de forasteiro, já que por muito tempo morou fora de Natal e, principalmente, a sua pouca idade para assumir um cargo de grande visibilidade. Amigo de longa data das famílias Gomes Pedroza e Albuquerque Maranhão além de ocupar, como já vimos, um lugar de fala privilegiado perante à sociedade potiguar, Câmara Cascudo assumiu de pronto o papel de maior e mais influente aliado e defensor da política urbana que Sylvio Pedroza pensou para Natal nos primeiros anos do seu governo.

Observando as fontes do período e confrontando as datas é possível perceber que no mês anterior à confissão do ‘plano secreto’, em março de 1946, os jornais de Natal noticiavam o fato de que “o prefeito da capital, o dr. Sylvio Pedroza, acaba[ra] de

entrar em entendimento com o historiador conterrâneo dr. Luis da Câmara Cascudo, afim de que o mesmo escreva uma História da Cidade do Natal”.³ Daí em diante, a centralização do discurso em torno da cidade passou a ser uma constante por parte de ambos, e Câmara Cascudo passou a traçar sua estratégia de narrativa de legitimação em um decisivo trabalho de consolidação da figura de Sylvio Pedroza como um verdadeiro “plantador de cidades”, um agente modernizador do espaço, assim como seus antepassados o foram, como de fato nos é apresentado na epigrafe inicial desse capítulo.

O livro *História da Cidade do Natal* foi de fato encomendado em março de 1946 pela Prefeitura e seu lançamento veio a ocorrer em 1947. Ao chegar ao conhecimento da crítica local foi visto como um livro “destinado a fazer intensa propaganda da nossa cidade e ao visitante apressado já podemos oferecer-lhe um exemplar da história de Natal sem a necessidade das evasivas costumeiras com que procurávamos defender a existência de uma obra desta natureza”.⁴ A primeira edição foi plenamente aceita, mas pouco após o lançamento era possível encontrar críticas referentes ao preço de Cr\$60,00 cobrado por cada exemplar, o que limitava sua circulação. Segundo palavras críticas de uma coluna jornalística da época “deu-se, então, o esperado: somente uma dúzia de gente de dinheiro adquiriu o livro, e o povo que tanto precisa conhecer a história da nossa cidade, ficou triste por não poder adquirir um volume da HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL”.⁵

Críticas a parte o que chama atenção em *História da Cidade do Natal* não é sua serventia enquanto manual de propaganda da capital, mas sim, a erudição e a capacidade de articular a narrativa histórica que seu autor exprime nas páginas desse livro.

³ O ESCRITOR CÂMARA CASCU DO ESCREVERÁ A HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL. Natal. *A República*. Natal. 31 mar. 1946.

⁴ A CIDADE. *O Diário*. Natal. 8 mar. 1947.

⁵ UM EXEMPLO FRISANTE. *A Ordem*. Natal. 17 mai. 1947.

CONSOLIDANDO A LEGITIMAÇÃO: CÂMARA CASCUDO, SYLVIO PEDROZA E OS SÍMBOLOS DA CIDADE

Ainda em 1946, ano em que o livro *História da Cidade do Natal* foi organizado basicamente a partir das *Actas Diurnas* publicados em jornais de Natal,⁶ um curioso e significativo ritual emblemático povoou as páginas dos jornais da capital, evento que evidencia o quão permeado de simbolismo se sustentou a relação entre Câmara Cascudo, Sylvio Pedroza e a cidade de Natal. O jornal recifense, *Folha da Manhã* anunciou em suas páginas a promoção de uma “cerimônia tradicionalista promovida pelo escritor Câmara Cascudo”:

A cidade do Natal assistirá, por estes dias, á solenidade da entrega das suas chaves simbólicas pelo escritor Luiz da Câmara Cascudo ao Prefeito Silvio Pedrosa. A cerimônia está despertando em todo Estado e mesmo no Nordeste excepcional interesse, dada a sua originalidade e ao caráter tradicionalista e nacionalista de que se reveste.⁷

Nada mais tradicional do que o poder público oferecer em cerimônias simbólicas, as chaves da cidade àqueles denominados “cidadãos ilustres” que representam bem a cidade em outras paragens. A chave é entregue no sentido de que o agraciado com a honraria possa sempre encontrar as portas da cidade abertas, que o homenageado, dado seu prestígio, seja recompensado por representar o nome da cidade nas mais variadas esferas social: esportiva, militar, cultural, política etc. No entanto, nesse caso específico o que torna essa cerimônia peculiar é o fato de que os papéis de quem presta a homenagem e de quem é homenageado, encontram-se invertidos no cenário descrito: não se trata do agente representante do poder público homenageando o ilustre cidadão, mas o ilustre cidadão homenageando o agente público, um ritual simbólico às avessas.

⁶ Segundo o historiador Raimundo Arrais, “*História da Cidade do Natal* consiste, em boa medida, numa reunião de textos publicados na imprensa da cidade [...] eles foram publicados numa seção intitulada *Acta Diurna* que começou a ser publicada em maio de 1939 no jornal *A República*, aí permanecendo até o final de 1946, transferindo-se para o *Diário de Natal* em meados de 1947”. ARRAIS, Raimundo. Posfácio. In: CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*, 2010. p. 629-630.

⁷ CERIMÔNIA TRADICIONALÍSSIMA PROMOVIDA PELO ESCRITOR CÂMARA CASCUDO: Entrega das chaves da cidade do Natal. *Folha da Manhã*, Recife. 27 jun. 1946.



Figura 2.1: Fotografia da suposta chave mencionada nas fontes, a qual teria pertencido ao portão principal do Forte dos Reis Magos. Pela descrição física feita por Cascudo, essa foi a chave repassada a Sylvio Pedroza na cerimônia de entrega das chaves da cidade em 1946.

FONTE: Arquivo Sylvio Pedroza – Fundação José Augusto.

A “originalidade” a que se refere a reportagem, está diretamente relacionada à homenagem às avessas proposta por Câmara Cascudo no evento da entrega das chaves da cidade. Para Pierre Bourdieu, os sistemas simbólicos, em que se incluem os atos públicos, funcionam enquanto instrumentos de comunicação em que o simbólico atua como instrumento de “integração social”. O uso de atos dessa natureza, no caso as homenagens públicas, visa a afirmação de um dado poder simbólico, cumprindo “sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 2007: p. 9-11). Nesse sentido, o que se observa na cerimônia organizada por Câmara Cascudo é o uso do evento como instrumento de legitimação da imagem de Sylvio Pedroza como administrador público, o erudito autorizando a partir do seu lugar de fala a capacidade administrativa da administração Piza Pedroza frente às classes políticas e sociais de Natal.

Em *Acta Diurna*, curiosamente publicada em 1946, próxima ao mês da homenagem a Sylvio Pedroza, encontramos um depoimento singular de Câmara Cascudo, extremamente valioso que nos dá bem a ideia do quão significativo para ele era a posse da “chave da cidade”. É possível perceber em sua narrativa o esforço em legitimar Sylvio Pedroza através de sua herança familiar ligada aos Albuquerque Maranhão, algo bastante presente na escritura de *História da Cidade do Natal*.

A chave da cidade era o símbolo de sua segurança e o penhor de sua tranquilidade. Quando as fortalezas recebiam novos capitães, prestavam esses as homenagens, as honras, no lento cerimonial maravilhoso do recebimento da chave, resumo de toda autoridade, índice de suprema confiança. [...]

A chave, símbolo dessa fusão de vontades ao redor do princípio da autoridade responsável, vai sair das minhas mãos para as mãos do dr. Sylvio

Pedroza, Prefeito da Cidade do Natal, descendente de quem primeiro comandou o Forte DOS REIS MAGOS, neto do primeiro Presidente da Intendência do Natal no regimem [sic] republicano.

*Possa a geração da República, sentindo a presença venerada do Passado, conservar, no carinho, admiração e amor brasileiro, a velha Chave da Cidade, resumo de todas chaves de todos os lares, favos da colmeia, ninho dos esforços de onde nasceu a cidade do Natal.*⁸

Câmara Cascudo assume o posto de porta-voz, representante de “todos os lares” para reafirmar um pretense apoio da cidade, da população à administração Sylvio Pedroza frente ao executivo municipal. Como demonstrado na documentação, o ato simbólico proporcionado pelo erudito assumiu proporções consideradas, ao ponto de repercutir a nível regional. Nas palavras proferidas por Câmara Cascudo, Sylvio Pedroza é tratado como o legítimo herdeiro da cidade por tradição político-familiar. O uso dos antepassados é utilizado como argumento retórico, autenticando o amigo prefeito como legítimo administrador da capital, da mesma forma como antes já ocorrera com outros membros de sua família, responsáveis pela construção da cidade desde tempos imemoriais.

Vou doar a CHAVE ao senhor Prefeito do Natal, numa homenagem do Presente ao Passado e ao Futuro da Cidade e a todos os seus moradores, hóspedes e viajantes.

*Dirá Sylvio Pedroza que essa Chave não cerra a cidade às colaborações e às hospedagens. Antes, de par em par, abre as portas invisíveis ao fervor da energia coletiva e do esforço comum...*⁹

A narrativa de autoridade e de conseqüente legitimação traçada como estratégia de convencimento, mostra-se uma preciosa fonte para se perceber e se atestar a intenção de Câmara Cascudo em reafirmar Sylvio Pedroza como administrador público por tradição. Na *Acta Diurna* acima, o erudito assume o papel do “Presente” e como tal, autentica a figura, o sujeito Sylvio Pedroza a partir do passado da sua família e homenageia o futuro da cidade que terá um Gomes Pedroza/Albuquerque Maranhão na condução da capital, como tantas outras vezes a cidade já presenciara.

O ato de homenagear Sylvio Pedroza evidencia uma clara intenção de Câmara Cascudo em valorizar a imagem do amigo perante a sociedade natalense. Caso contrário,

⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. *Acta Diurna: A chave da cidade do Natal. A República*. Natal, 31 mar. 1946.

⁹ *Ibid.*

porque não teria Cascudo entregue a chave do Reis Magos a outro prefeito anterior a Sylvio? A partir do que aponta a documentação, podemos acreditar que Cascudo percebia o figura do poder público não como instituição, mas como pessoa, uma particularidade bastante característica dos conservadores brasileiros de fins do XIX e início do XX, que personificavam a figura do Estado e minimizavam seu caráter institucional.¹⁰

Por outro lado, o simples fato de ter sido atribuída a Cascudo a escolha para escritura da história oficial de Natal já conferiria ao erudito um lugar de destaque dentro dos círculos letrados norte-rio-grandense. Mas, a entronização de Cascudo como sujeito central dentro da produção historiográfica natalense ultrapassaria as páginas de *História da Cidade do Natal* e com o apoio institucional da administração municipal de Sylvio Pedroza, o erudito seria recompensado por seu esforço no trabalho de legitimação do amigo mecenas. No ano de 1948, um novo capítulo seria escrito na relação entre Sylvio Pedroza e Câmara Cascudo. Uma vez mais, o prefeito consolidaria a imagem do erudito como nome maior da historiografia potiguar. Em outro momento de homenagem pública, ocorreria uma evidente troca de legitimidades, Sylvio Pedroza oficializaria o lugar de fala de Câmara Cascudo junto ao poder público, institucionalizando e autorizando a fala do erudito, amigo e defensor de primeira hora.

Em abril de 1948, ocorreu na cidade de San Juan em Porto Rico, na América Central, o III Congresso Histórico Municipal Interamericano, promovido pelo Instituto Interamericano de História Municipal e Institucional. O evento teve como objetivo principal discutir,

*teses de palpante interesse, entre elas história política e cultural do Município Americano, a História da Arquitetura e Arte Colonial, a legislação comparada da América. Urbanismo e Serviço Social. Intermunicipalidade. [...] estudos para intensificar as relações culturais entre as cidades, instituições e organismos municipais da América.*¹¹

¹⁰ Não por acaso essa tenha sido uma das características que influenciou a decisão de Câmara Cascudo integrar as fileiras integralistas na década de 1930, muito por acreditar que a organização hierárquica e a figura do líder representavam a forma correta forma de organização política para o país.

¹¹ CONGRESSO MUNICIPALISTA INTERAMERICANO EM PORTO RICO. Natal representada pelo Sr. Silvio Pedroza, hóspede de honra, comparecerá ao Congresso. *Diário de Natal*, 7 abr. 1948.

A convite da organização do evento, representada pela “pessoa da senhora Feliza de Gautier, Alcade Municipal de Porto Rico”,

Dirigiu-se ao chefe do Executivo Municipal da cidade [de Natal], significando-lhe o interesse de sua presença e declarando hóspede de honra. O convite, em artístico pergaminho, é uma obra de arte. O sr. Sylvio Pedroza, aceitando o convite observará de perto os processos mais modernos de atualização administrativa nos numerosos departamentos técnicos expostos no congresso. A participação do município da Capital, constituirá dessa forma, um ato de útil e real proveito para o estudo de confronto e verificação dos vários métodos contemporâneos de Governo Municipal. [...] Para o referido congresso, também foi convidado o historiador Câmara Cascudo, que por motivos supervenientes, não pode comparecer.¹²

O convite feito a Sylvio Pedroza parece razoavelmente compreensível, visto que muitos dos assuntos a serem abordados no III Congresso Histórico Municipal Interamericano em Porto Rico estavam sendo praticados por sua administração como prefeito de Natal.¹³ Somava-se a isso, o fato de Natal ter sofrido direta influência norte-americana no decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando importantes obras como a criação do Aeroporto da Vila de Parnamirim, o calçamento de ruas no bairro do Alecrim terem sido empreendimentos financiados e promovidos pelas Tropas Aliadas residentes em Natal e subordinadas aos Estados Unidos. Arquitetura, urbanismo e história eram algumas das questões em pauta no Congresso de Porto Rico e que interessavam diretamente a Sylvio Pedroza, principalmente quando lembramos as obras de modernização urbana que estavam sendo desenvolvidas na cidade na sua gestão e que também foram lembradas em *História da Cidade do Natal*.

Como único representante brasileiro no Congresso, Sylvio Pedroza embarcou em um vôo da *Panair* para San Juan em fins de abril de 1948, e em seu retorno concedeu entrevista ao *Diário de Natal* como forma de prestação de serviços, relatando as novidades e seus êxitos durante a estadia em Porto Rico. Segundo depoimento, Sylvio Pedroza afirmou na ocasião que depois de constituídas as comissões, ele “foi eleito relator da 6ª comissão, intitulada “Urbanização e Serviço Social. Planificação da Cidade e do Campo”, tendo como Presidente o Prefeito norte-americano de Royal Oak,

¹² CONGRESSO MUNICIPALISTA INTERAMERICANO EM PORTO RICO. Natal representada pelo Sr. Sylvio Pedroza, hóspede de honra, comparecerá ao Congresso. *Diário de Natal*, 7 abr. 1948.

¹³ Segundo o dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Sylvio Pedroza “na qualidade de prefeito de Natal, representou o Brasil no III Congresso Histórico Municipal Interamericano, realizado em 1948 em Porto Rico, atuando como vice-presidente do conclave e relator da sexta comissão de trabalhos”.

em Michigan, e secretário o como secretario dessa comissão foi designado o ilustre arquiteto da municipalidade de Buenos Aires, Remo Bianchedi”.¹⁴

Ainda na mesma entrevista, ao relatar seu encontro, a pedido de Câmara Cascudo com a historiadora folclorista porto-riquenha Maria Candilha Martinez, Sylvio Pedroza deixa evidenciar em sua declaração um *rastro*¹⁵ pertinente e que muito seria comentado em um futuro próximo.

*Constituiu também um motivo de satisfação o conhecimento que fiz, ao apresenciamento [sic] que fiz, através da apresentação de Câmara Cascudo com a insigne [sic] historiadora folclorista porto-riquenha d. Maria Candilha Martinez, também delegada de seu país ao Congresso e grande conhecedora de nossa terra, por intermédio da amizade e correspondência que mantém a longos anos com o historiador da Cidade do Natal.*¹⁶

Na mesma entrevista concedida ao *Diário de Natal*, Sylvio Pedroza aponta Câmara Cascudo como “historiador da Cidade do Natal”, dando indícios importantes acerca do que logo aconteceria. Tratava-se da intenção da Prefeitura tornar Câmara Cascudo historiador oficial da cidade do Natal, algo que ao que tudo indica, surgiu ou amadureceu durante as discussões do III Congresso Histórico Municipal Interamericano em Porto Rico.

História da Cidade do Natal foi um livro financiado pela Prefeitura de Natal, sob o aval de seu prefeito e a escolha de Câmara Cascudo como autor da obra ocorreu por motivos já analisados anteriormente. A amizade com Sylvio Pedroza, a centralidade do erudito como expoente máximo das letras no Estado e a influência que o lugar de fala de Câmara Cascudo exercia na legitimação de governos e pessoas, podem ser considerados três dos principais motivos da escolha do seu nome para escritura do livro. Cascudo não ocupara até então, posto no funcionalismo municipal, nem muito menos o cargo de “historiador da Cidade do Natal” como afirmara Sylvio em seu depoimento.

¹⁴ *Diário de Natal*. Natal. 26 abr. 1948.

¹⁵ O conceito de *rastro*, aqui emprestado de Derrida, deve ser entendido como mecanismo denunciante da subjetividade do autor dentro de sua narrativa, mesmo que este esteja procurando atuar de forma imparcial na sua composição. A percepção desses *rastrós* ajuda a entender qual a lógica de construção adotada pelo autor do texto e, através destas características a leitura do texto pode denunciar, entre outras coisas, o lugar de fala ou o posicionamento ideológico do sujeito que narra, além das influências externas a que sua narrativa está subordinada. DERRIDA, 1973: p. 87.

¹⁶ COMPLETO ÊXITO DO III CONGRESSO HISTÓRICO MUNICIPAL DE PORTO-RICO. 20 Países americanos representados – Fala ao “Diário” o pref. Sylvio Pedroza. *Diário de Natal*. Natal. 26 abr. 1948.

No entanto, o *rastros* presente na narrativa de Sylvio Pedroza é muito significativo. Ao relatar os frutos colhidos durante o Congresso, o então prefeito afirma que seguiria uma das conclusões definidas em Porto Rico que correspondia à

*necessidade da criação do cargo de Historiador [da cidade], dizendo textualmente: “recomenda a todos os municípios das diversas nações americanas, que ainda não o tenham estabelecido, a criação do cargo de Historiador da Cidade, com autoridade suficiente, tanto científica, quanto intelectual, para estudar, impulsionar e dirigir os trabalhos históricos da comunidade, coordenando-os com os trabalhos de história geral do país e das Américas”.*¹⁷

Começava a se desenhar no discurso de Sylvio Pedroza o cenário que consagraria de vez Câmara Cascudo como o nome maior da historiografia norte-rio-grandense. Dentro dessas condições, o nome do erudito e amigo para ocupar o cargo de *Historiador da Cidade de Natal*, seria “naturalmente” a escolha a ser feita pela Prefeitura de Natal. Para Sylvio Pedroza, atender à decisão do III Congresso de Porto Rico na escolha do *Historiador da Cidade*,

*Tornava-se fácil, para nós, a execução desta recomendação daquele alto certame continental, porquanto a cidade do Natal já possuía o seu grande e incansável historiador, e só nos competia, portanto, consagrar de direito aquilo que já existia de fato, reconhecido e proclamado por todos os natalenses, que viam na figura de Luis da Câmara Cascudo, “Hercules amarrado às ameias da Velha Fortaleza dos Reis Magos”, no dizer de Otoniel Menezes, o guardião zeloso de nosso passado histórico, seu maior e mais autorizado interprete, captando e irradiando da província para todo o país tudo o que fomos, na constante de uma história repleta de feitos heróicos e imorredouros.*¹⁸

O que vemos acontecer em Natal nesse momento de sua história política é a consolidação de um processo em que o poder intelectual e poder público se autolegitimam, consolidando e/ou criando espaço de mútua autenticidade em suas respectivas esferas de relação.

Se de um lado o livro *História da Cidade do Natal* foi utilizado como estratégia sutil no sentido de credenciar Sylvio Pedroza como competente e moderno

¹⁷ PEDROZA, Sylvio Piza. Homenagem da Cidade do Natal ao historiador Câmara Cascudo. Diário de Natal, Natal. 21 dez. 1948.

¹⁸ PEDROZA, Sylvio Piza. Homenagem da Cidade do Natal ao historiador Câmara Cascudo. *Diário de Natal*. Natal. 21 dez. 1948.

administrador público; se a cerimônia de entrega da ‘chave da cidade’ operou-se às avessas no intuito de reafirmar o lugar de liderança da administração Piza Pedroza na capital, por outro se observa por parte de Sylvio Pedroza um esforço em retribuir a dedicação pessoal e o trabalho de legitimação promovido pelo ilustre amigo Câmara Cascudo conferindo-lhe, também, uma espécie de ‘chave simbólica’ concedendo ao mais ilustre letrado da capital o cargo de historiador oficial da capital potiguar.

É assim desnecessária qualquer justificativa para o prêmio que hoje conferimos ao nosso Historiador, que é ao mesmo tempo o maior enamorado de nossa História, tanto o seu merecimento e tantos os títulos por que faz jus á nossa estima, ao nosso reconhecimento e á nossa admiração, sempre crescente, este Luis da Câmara Cascudo, que, fazendo da pequena cidade onde nasceu e á qual tanto ama, o centro de seu trabalho ininterrupto e extraordinário, faz chegar também a todos os centros de estudos do mundo a palavra autorizada e respeitada do maior folclorista brasileiro. [...] É que esta parte dos seus irmãos da Cidade do Natal. São os seus companheiros de infância e de mocidade. São os seus amigos e os que lhe admiram o caráter e acompanham a trajetória deslumbrante do seu talento. É a sua cidade, Luis da Câmara Cascudo, que o proclama neste momento, como um dos melhores de seus filhos e lhe confere o título de Historiador, oferecendo-lhe a chave simbólica, em sinal de gratidão pelos relevantes serviços prestados.¹⁹

Percebe-se nesse texto a representação que o prefeito desejava construir para Câmara Cascudo. Primeiramente, Sylvio Pedroza afirma que não havia necessidade de se justificar a escolha do amigo erudito para o cargo de ‘Historiador da Cidade’, haja vista que os títulos e reconhecimentos, além do fato de ser um enamorado da história natalense, já seriam justificativas suficientes para nomeação de Câmara Cascudo a este posto. Além disso, a palavra do erudito possuía o poder de autorizar e constituir respeito “em todos os centros de estudos do mundo”, condicionando o historiador como um agente autorizador, um produtor do discurso capaz de legitimar a imagem da cidade junto a outros lugares de fala ou perante outras cidades brasileira.

No depoimento que prestou durante o evento da entrega da “chave da cidade” a Sylvio Pedroza, Câmara Cascudo afirmou que estava retornando a chave a quem era de direito, ao “descendente de quem primeiro comandou o Forte DOS REIS MAGOS”, em uma clara homenagem da cidade para com seu prefeito. No depoimento de Sylvio Pedroza que vimos acima, percebemos que o ato emblemático é retribuído, pois além de

¹⁹ PEDROZA, Sylvio Piza. Homenagem da Cidade do Natal ao historiador Câmara Cascudo. *Diário de Natal*. Natal. 21 dez. 1948.

ser agraciado com o título de “Historiador Oficial da Cidade do Natal”, à Câmara Cascudo é oferecida a “chave simbólica, em sinal de gratidão pelos relevantes serviços prestados”, semelhante ato de homenagem prestado algum tempo antes pelo próprio Cascudo só que Sylvio Pedroza. Novamente, observa-se nesse momento uso da ‘chave da cidade’ como elemento de homenagem e símbolo legitimador de práticas.

O cargo de “historiador oficial da cidade do Natal” foi especialmente criado e repassado a Câmara Cascudo. Essa atitude demonstra o forte apreço que Sylvio Pedroza tinha para com seu mais importante aliado, aquele que não mais era seu professor, mas seu defensor e construtor político, o homem que se utilizava da retórica e do seu capital intelectual para consolidar a imagem do ex-aluno e agora chefe como condutor “natural” da capital potiguar. Câmara Cascudo sempre fez questão de afirmar que seu cargo de historiador era simbólico, visto seu salário que consistia em um soldo de Cr\$1,00 pago anualmente. De fato, não era o salário o que mais importava, mas a entronização do erudito como o historiador oficial de Natal, a confirmação, a ratificação, a legitimação do seu lugar de fala que passava a ser institucionalizada. Sua função de produtor do discurso historiográfico passara a ser chancelada pela mais importante instituição pública natalense, consolidando Câmara Cascudo como braço forte da cultura erudita norte-rio-grandense, inclusive com direito a brasão com a representação oficial de “Historiador da Cidade do Natal” em seus papéis.



Timbre de “Historiador da Cidade do Natal” utilizado em papel timbrado de carta enviada por Câmara Cascudo para Sylvio Pedroza em 10 set. 1954.

ACERVO: Arquivo Sylvio Pedroza, Centro Documentação Eloy de Souza – Fundação José Augusto.

A naturalidade construída pela narrativa de Sylvio Pedroza justificando a escolha de Câmara Cascudo para o cargo de historiador é tão semelhante quanto à estratégia utilizada pelo erudito para atribuir semelhante naturalidade à posição de Sylvio Pedroza frente à Prefeitura do Natal devido sua herança genealógica. Além disso, nas duas estratégias de legitimação a cidade foi utilizada como argumento central de afirmação de ambos no imaginário social natalense. Se por um lado Sylvio Pedroza recebe a ‘chave’ do “representante da cidade”, Câmara Cascudo (o representante) é nomeado historiador por ter sua imagem provinciana atrelada ao cotidiano da cidade de Natal, assemelhando-se a um “Hercules amarrado às ameias da Velha Fortaleza dos Reis Magos”,²⁰ se camuflando e se confundindo com o espaço da sua cidade Natal.

A partir da análise que empreendemos até esse momento, foi possível percebermos o quão permeado pelas relações pessoais encontrava-se a política natalense durante a administração Sylvio Pedroza frente à Prefeitura de Natal. Essas relações mostram a fragilidade da Prefeitura Municipal de Natal como instituição autônoma, que deixava de ser independente e, em muitas ocasiões, se via personificada na figura de seu administrador, que por sua vez se utilizava do espaço em benefício próprio, acumulando capital simbólico em prol de sua biografia e assim atendendo a seus interesses e construindo sua trajetória política.

Embora palavras como progresso, avanço, coragem e moderno povoem os discursos produzidos por e acerca de Sylvio Pedroza, o que podemos concluir é que em nada esse período representou um momento de modernidade propriamente dito, pois a política natalense dos anos de 1940 ainda possuía características que remontam as formas tradicionais da política brasileira do século XIX e visava o progresso de um determinado grupo ligado ao poder público, esquecendo o projeto de mudança de consciência mais abrangente e sustentável como deve ser qualquer projeto moderno de política pública.²¹

²⁰ PEDROZA, Sylvio Piza. Homenagem da Cidade do Natal ao historiador Câmara Cascudo. *Diário de Natal*. Natal. 21 dez. 1948.

²¹ Esse pensamento assemelha-se com o que pensa Raymundo Faoro sobre a modernidade brasileira, ao afirmar que “a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo todos os papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, certa política de mudança”. FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 1992. v. 6. n. 14. 1992. p. 8.

O panorama aqui analisado assemelha-se com aquilo que Sérgio Buarque de Holanda já denunciava nas relações entre sujeitos (letrados, políticos, empresários, etc.) e a política brasileira nos anos de 1920, quando afirmara que “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos” por parte daqueles que constituem e configuram o Estado.²²

Analisando a relação entre um importante letrado natalense e um prefeito que sentia a necessidade de se afirmar no cenário político local, foi possível perceber uma intensa relação de sustentação na qual o erudito potiguar Câmara Cascudo foi diretamente responsável pela construção e consolidação da imagem de Sylvio Pedroza enquanto um político jovem, empreendedor e moderno; características necessárias a uma Natal que buscava o novo, o progresso após a Segunda Guerra Mundial. Para atingir seu objetivo, coube a Câmara Cascudo a construção de um discurso em que cidade e prefeito mutuamente se completavam, mas, que principalmente, a primeira necessitava de um empreendedor que ao mesmo tempo conseguisse aliar a tradição dos espaços da cidade com as obras de modernização que a mesma necessitava. Foi a partir desse enredo que a narrativa historiográfica de Câmara Cascudo possibilitou a construção de uma memória moderna tanto para Sylvio Pedroza quanto para a Natal da sua administração.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajetos*. Revista de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, vol. 3. n. 6. 2005.

BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 2010.

DERRIDA, *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 159.

_____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 1992. v. 6. n. 14. 1992.

FOUCAULT, Michel. “O Que São as Luzes?”. In. *Ditos & Escritos: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. v. 2.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006.

PEDROZA, Sylvio Piza. *Pensamento e Ação*. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

_____. *Definições*. Natal: Imprensa Oficial, 1956.